

O INDIVIDUALISMO NEOLIBERAL COMO OBSTÁCULO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA CRÍTICA

THE NEOLIBERAL INDIVIDUALISM AS OBSTACLE TO TEACHER
EDUCATION IN THE PERSPECTIVE OF CRITICAL PEDAGOGY



Vol.10 Número 20

jul./dez .2015

p. 837 - 848

Márcden de Pádua Ribeiro¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo refletir a influência do neoliberalismo na educação, notadamente nos cursos de formação de professores. Para isso, pautou-se por um estudo específico sobre o individualismo como motor da doutrina neoliberal. Buscou-se uma discussão conceitual a respeito do liberalismo e neoliberalismo, utilizando-se de seus autores clássicos (Adam Smith, John Locke, Hayek, Mises, Rothbard, Any Rand) e de autores que estudam o neoliberalismo (Gentili, Bobbio, Draibe). Defende-se o neoliberalismo como um obstáculo para uma formação de professores na perspectiva da pedagogia crítica de Peter Mc Laren. Neste sentido, o artigo busca apontar saídas, em direção a uma formação que leve em conta a transformação da sociedade, preocupando-se, sobretudo, com a crítica sistemática à naturalização das desigualdades sociais, oriundas do discurso individualista neoliberal. Para uma formação de professores comprometida com estes valores, além de Mc Laren, utilizou-se Antônio Moreira.

PALAVRAS CHAVE: Formação de professores; Neoliberalismo; Pedagogia crítica.

ABSTRACT: This article aims to reflect the influence of neoliberalism in education, especially in training courses for teachers. To this, was guided by a specific study on individualism as the engine of neoliberal doctrine. We sought a conceptual discussion of liberalism and neoliberalism, using his classical authors (Adam Smith, John Locke, Hayek, Mises, Rothbard, Any Rand) and authors studying neoliberalism (Gentili, Bobbio, Draibe). Defends the neoliberalism as an obstacle to training teachers in the perspective of critical pedagogy of Peter McLaren. In this sense, the article seeks to identify outputs, toward a formation that takes into account the transformation of society, concerned mainly with the systematic critique of the naturalization of social inequalities, arising from the individualist neoliberal discourse. For training teachers committed to these

¹Possui graduação em história pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2010). Atualmente é da Associação Brasileira de Filosofia e Psicanálise e professor adjunto, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Belo Horizonte. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, formação de professores, currículo, psicanálise e avaliação. mardendepadua@yahoo.com.br.

values, and Mc Laren, we used Antônio Moreira.

KEYWORDS: Teacher training; neoliberalism; Critical pedagogy.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo realizar um levantamento teórico acerca do neoliberalismo, possuindo como objeto central o individualismo dentro desta perspectiva. Procura-se assim ressaltá-lo como o valor essencial à lógica neoliberal, e diante disto, refletir seus desdobramentos na educação, mais precisamente, nos cursos de formação de professores, inseridos nesse contexto. Aborda-se, portanto, o individualismo neoliberal como um obstáculo à formação de professores sob um viés crítico, comprometido com a lógica dos oprimidos, e da transformação social.

A formação de professores é uma questão fundamental na tentativa de encontrar soluções para os problemas existentes no processo educacional do Brasil. Por isso, propor uma discussão sobre essa temática, como nos aponta Carneiro (2006) é uma forma de contribuir para a reflexão sobre a ação docente e seu papel na formação de novos professores.

Moreira (2003) e Gatti (2010) nos conduzem a perceber como nos últimos anos o debate acerca da formação de professores tem se acirrado, colocando muitas vezes de lados distintos, concepções de educação e de sociedade, que irão determinar que tipo de professor um curso de Pedagogia quer formar.

Além do mais, Carneiro (2006) ainda salienta um ponto relativo à própria desvalorização da carreira docente, o que torna debater e refletir o papel do professor nos cursos de licenciatura, uma tarefa árdua. ‘‘A impressão que temos é que o desânimo e a descrença no sistema educacional se apoderaram dos jovens estudantes’’ (CARNEIRO, 2006, p.3). Para a autora, os estudantes cada vez menos demonstram interesse e vontade de seguir a carreira do magistério, sendo que alguns até colocam essa possibilidade, mas como última opção, caso não consigam atuar na área profissional escolhida depois de formados.

Pensar os cursos de formação de professores na atualidade, demanda obrigatoriamente inseri-los em um contexto político-econômico, que tem no modelo neoliberal, sua base de sustentação. ‘‘Trata-se hoje de pensar o currículo e de pensar o professor em tempo de hegemonia do neoliberalismo.’’ (MOREIRA, 2003, p. 18).

Diversos autores associam a educação, na perspectiva neoliberal, cada vez mais como uma mercadoria, neste sentido, evidentemente o ensino superior não foge a regra (tanto público quanto privado). Segundo Gentili (2001), o neoliberalismo precisa despolitizar a educação, tornando-a pretensamente neutra, ‘‘dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas. (p. 244).

O autor afirma também algumas estratégias que possibilitam o avanço do neoliberalismo no setor educacional: a qualidade como propriedade, em que uma minoria, é consumidora da educação, enquanto a maioria é excluída. Outra estratégia diz respeito à educação para emprego (ou desemprego?). Segundo Gentili (2001) a educação para o emprego, postulado tipicamente neoliberal, quando exercida ao conjunto das maiorias excluídas, ‘‘não é outra coisa senão a educação para o desemprego e a marginalidade’’ (p.250).

Se a educação na concepção neoliberal possui um caráter mercadológico, ela passa a ser, portanto, mais um produto pelo qual as pessoas têm que se sacrificar para obter, visando uma boa ‘‘formação’’, que possibilitaria uma maior probabilidade de conseguir o famoso e tão sonhado ‘‘bom emprego’’. Assim, a responsabilidade recai sobre o indivíduo, que precisa construir o seu ‘‘sucesso’’ profissional, mergulhado neste contexto

mercadológico, fortemente competitivo, que exige muita ``competência``, de modo que naturaliza-se a culpabilização individual daquele sujeito que, inserido no ensino superior, sonha com a ascensão social.

Chizzotti (2014) traça de forma bastante esclarecedora, tomando por base as instituições privadas, o cenário de intensa competitividade entre as mesmas, ávidas em conquistas seus ``clientes``, o que tem acarretado em mudanças, inclusive, na própria concepção de universidade.

Dia 22 de abril de 2013, as empresas educacionais Kroton e Anhanguera Educacional anunciaram sua fusão, criando uma nova companhia, avaliada em 5,9 bilhões de dólares – a maior do mundo no setor da educação [...] A Revista Exame (2013) reporta que as duas empresas possuem um milhão de alunos, 123 campi de ensino presencial, 647 pólos de ensino a distância, unidades em 80 cidades do país e mais de 2.000 cursos de graduação, mestrado e doutorado, tendo obtido receita líquida de 3 bilhões de reais e lucro líquido de 420 milhões de reais. A fusão engloba cerca de 15% de todos os alunos do ensino superior do país [...] Outras aquisições, fusões e expansões de empresas educacionais ocorridas nos últimos anos corroboram o fato de que estamos diante de um mercado próspero e aquecido, em franca expansão, proclamado por alguns empresários como mercado ilimitado, para o qual apenas “o céu é o limite” (ORDONES, 2013). Essas notícias, veiculadas amplamente pelos meios de comunicação, são um episódio revelador da grande transformação do ensino superior no mundo e no Brasil, neste começo de século. (CHIZZOTTI, 2014, p.3)

A partir das considerações feitas anteriormente, uma inquietação se faz presente: como as licenciaturas poderão formar professores críticos, sendo que tal concepção pressupõe, segundo Giroux (1997) e McLaren (1997), inevitavelmente a preocupação com o coletivo, sobretudo, com os menos favorecidos? Antes de buscar possíveis apontamentos a esta desafiadora inquietação, o presente trabalho tem um outro objetivo a cumprir: o de discutir o que chamamos de neoliberalismo.

Por mais que seja quase um consenso de que a hegemonia do neoliberalismo permeia em grande parte o cenário educacional brasileiro, seja no ensino básico ou superior, é fundamental ressaltar também que o próprio conceito de neoliberalismo não é tão simples assim de ser descrito, e, sobretudo, dimensionado. Observa-se em alguns artigos e até mesmo dissertações e teses, o uso indiscriminado do termo ``neoliberal`` para os mais variados contextos e situações.

Entende-se aqui que é fundamental revisitar o neoliberalismo em sua origem teórica, buscando não só relacioná-lo ao Liberalismo clássico (século XVII, John Locke e século XVIII, Adam Smith), como também enfatizar o pensamento dos neoliberais tidos como fundadores do neoliberalismo, no século XX. Tais como : Ludwing Von Mises, Friedrich Hayek, Murray Rothbard e Milton Friedman. E também percorrerá outros autores que dão importante acréscimo à discussão a respeito do que se compreende por neoliberalismo, destacando-se: Draibe (1993), Bobbio (2010), Moreira (2003). Vale ressaltar novamente, que para fins de recorte temático, o objeto de estudo que permeará as análises será a questão do individualismo como um princípio essencial desta concepção.

O individualismo como essência do pensamento neoliberal: discussão teórica.

Torna-se necessário então, debruçarmos sob que neoliberalismo é este que estamos tratando. Para isso, procuramos delimitar como objeto central de análise, a questão do indivíduo dentro desta concepção, por entendermos ser este o ponto de partida da concepção neoliberal de sociedade, de acordo com Bobbio (2000). Não é o neoliberalismo, nem o seu ``pai``, o liberalismo clássico de John Locke e Adam Smith, que inauguraram a preponderância do indivíduo na sociedade. Podemos localizar este momento, recorrendo a

Bobbio (2000), na emergência do que se convencionou nomear como Idade Moderna, mais precisamente, a partir do século XV.

Para se encontrar uma completa e perfeitamente consciente teoria individualista é preciso chegar a Hobbes, que parte da hipótese de um estado de natureza em que existem apenas indivíduos separados uns dos outros por suas paixões e seus interesses contrapostos, indivíduos forçados a se unir de comum acordo numa sociedade política para fugir da destruição recíproca. (BOBBIO, 2000, p.46)

Para Bobbio (2000) esta concepção hobbesiana tem conseqüências decisivas para o surgimento do pensamento liberal clássico, na medida em que, para sair do estado de natureza, mediante “contrato social”, os próprios indivíduos se pactuam, portanto, são artífices da própria sociedade, do Estado, e de seu destino. Já no início de sua clássica obra, “O Leviatã”, Thomas Hobbes nos dá parâmetros para perceber com nitidez o predomínio do eu, condição aliás, fundante na chamada Idade Moderna.

... Mais ainda, a arte pode imitar o homem, obra-prima racional da natureza. Pois é justamente uma obra de arte esse grande Leviatã que se denomina coisa pública ou Estado (commonwealth), em latim civitas, o qual não é mais do que um homem artificial, embora de estatura muito mais elevada e de força muito maior que a do homem natural, para cuja proteção e defesa foi inventado...” (HOBBES, 2000, p.10)

Portanto, é este indivíduo cuja modernidade enfatizou, em oposição ao coletivismo católico-medieval, que será absorvido de modo máximo, posteriormente, pelo pensamento liberal clássico, presente em John Locke, sob um viés mais político, e em Adam Smith, mais econômico. Destacam-se aqui as seguintes obras referenciais: John Locke, Ensaio acerca do entendimento humano (1690) e Dois tratados sobre o governo (1689). Adam Smith: A riqueza das nações (1776).

Na perspectiva de Locke (1978), podemos falar em sociedade política na medida em que cada indivíduo abre mão do poder natural, passando-o às mãos da comunidade, através de leis compactuadas pelos próprios homens. Sendo assim, para deixar o estado de natureza, os indivíduos precisam se submeter a uma autoridade para resolver impasses, controvérsias e reparar os danos que podem atingir alguns dos membros da comunidade. Por isso mesmo que uma monarquia absoluta, imposta de modo tirânico, representando poderes divinos, é incompatível com a sociedade civil, pois nela os homens devem obedecer ao poder constituído por pacto constituído entre eles mesmos. O objetivo desta sociedade civil, segundo Locke (1978), é evitar a possível barbárie (estado de guerra). Ao ingressar no estado civil, o indivíduo renuncia a um direito: o de fazer justiça com as próprias mãos. Entretanto, conserva todos os outros direitos que lhe são naturais, sobretudo, o direito à propriedade. Em outras palavras, o direito à propriedade é antes de tudo, a propriedade de si mesmo, do próprio corpo (propriedade do eu). Desta forma, mesmo o homem sendo livre e senhor de si, no estado de natureza, há o risco da propriedade ser violada por terceiros, de modo que o indivíduo precisa se juntar em sociedade para a mútua preservação de sua vida, liberdade e propriedade, configurando-se uma sociedade política. De acordo com Bobbio (2000), liberalismo, na perspectiva clássica de John Locke, é aquele que defende que o Estado não tem o direito de interferir naquilo que é garantido pelos direitos naturais. O Estado, e todo indivíduo, deve obedecer à lei natural. Passamos então ao neoliberalismo, que tem sido enfatizado como justificativa para várias problemáticas educacionais, desaguando em certa onda de clichês que pouco contribuem para uma compreensão efetiva de seus princípios, e uma reflexão acerca do que ele tem em sua essência, e que afeta profundamente a educação. (DRAIBE, 1993, p.93) nos diz que reconhecer o neoliberalismo, “torna-se difícil porque as próprias proposições neoliberais vêm-se modificando no

tempo, principalmente no que diz respeito às questões como educação''.

Bobbio (2000) nos apresenta uma definição de neoliberalismo, além de nos dar um dos pontos de partida para entendermos sua essência teórica.

...por neoliberalismo se entende hoje, principalmente, uma doutrina econômica conseqüente, da qual o liberalismo político é apenas um modo de realização, nem sempre necessário; ou, em outros termos, uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário. [...] o economista austríaco Friedrich von Hayek, insistiu sobre a indissolubilidade de liberdade econômica e de liberdade sem quaisquer outros adjetivos, reafirmando assim a necessidade de distinguir claramente o liberalismo, que tem seu ponto de partida numa teoria econômica, da democracia, que é uma teoria política, e atribuindo à liberdade individual um valor intrínseco e à democracia unicamente um valor instrumental. (BOBBIO, 2000, p.86)

Percebemos claramente em Bobbio (2000) que o neoliberalismo dá ênfase aos aspectos econômicos, mas concedendo à liberdade individual um valor crucial. O termo ``neoliberalismo``, para Bobbio (2000), assim como para Draibe (1993), conheceu de fato, amplos e diversos significados, entretanto, há um ``núcleo originário do liberalismo clássico`` (BOBBIO, 2000, p.89) do qual Hayek, ao inaugurar a doutrina liberal contemporânea (mais conhecida como neoliberal), preservou em sua obra clássica: *O Caminho da Servidão*, 1944. Este núcleo consiste em uma teoria que limita o poder do Estado, pressupondo-se direitos e interesses do indivíduo que são precedentes à formação do poder político. Neste cenário, o direito de propriedade individual é direito natural fundamental, no qual antecede o próprio desenvolvimento do poder estatal. Draibe (1993) também nos ajuda a conceituar neoliberalismo, afirmando que as teorizações que permeiam os chamados neoliberais, não foram sistematizadas por um conjunto de pensadores, e sim oriundas do pensamento liberal clássico (mais especificamente John Locke e Adam Smith), e ``se reduzem à afirmação genérica da liberdade e da primazia do Mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo`` (DRAIBE, 1993, p.95). Em relação ao surgimento do termo ``neoliberalismo``, Anderson (1996) associa-o ao resgate de princípios do liberalismo clássico, sobretudo, o ideal de liberdade e a ênfase no indivíduo. Essa retomada e conseqüente reformulação de aspectos liberais clássicos ocorreu, sobretudo estimulados pela crítica aos princípios econômicos keynesianos nos Estados Unidos.

Pires (2011) em sua dissertação de mestrado, vai buscar os primeiros esboços teóricos do neoliberalismo, resgatando a Sociedade Mont Pelerin, um grupo fundado em 1947, composto por trinta e seis pensadores, dentre eles, filósofos, historiadores e a maioria, economistas. ``O objetivo fundamental de Mont Pelerin era reunir esses intelectuais para discutir o liberalismo, sua situação e seu possível destino``. (PIRES, 2011, p.46). Alguns dos membros do grupo tornaram-se ícones do pensamento neoliberal no século XX, tais como: Hayek, Mises, Popper, Friedman, Rothbard. A grande maioria era de nacionalidade austríaca, mas optaram em deixar o país após invasão nazista à Áustria, em 1938.

Pires (2011) salienta ainda que o neoliberalismo não foi fruto de um esforço planejado consciente destes indivíduos, e sim um ``ideário gestado a partir de concepções defendidas por intelectuais de inúmeras áreas que, não raro, se justapostas, são até mesmo contraditórias`` (p.46). Draibe (1993) conforme já dito antes, também menciona que o neoliberalismo não foi teorizado de modo consciente, e sim fruto de concepções liberais clássicas que partilhavam da visão de Estado mínimo e ênfase no indivíduo. Contudo, não aponta, como fez Pires (2011), a Sociedade Mont Pelerin como uma espécie de berço do pensamento neoliberal, ainda que no início os próprios membros se autodenominassem de ``liberais``, e só posteriormente, passaram-se a se identificar como ``neoliberais``.

Diferentemente de Pires (2011) e de Draibe (1993), Anderson (1996) concebe o neoliberalismo de modo diferente:

Tudo que podemos dizer é que este neoliberalismo é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, ludicamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (ANDERSON, 1996, p.22)

Na mesma direção, Silveira (2011) acrescenta que ao almejar um tipo de sociedade, o neoliberalismo é sim um movimento conscientemente pensado e projetado por seus teóricos, ainda que com divergências de idéias entre eles. O tipo de sociedade neoliberal, aliás, é diferente até mesmo da sociedade almejada pelo liberalismo clássico. “As idéias smithianas traduziam uma crença de que a liberdade econômica e individual conduziriam ao bem de todos e, mesmo, à liberdade política” (SILVEIRA, 2009, p.68). Pediremos emprestado aqui, a citação de Adam Smith utilizada por Silveira (2009) em sua dissertação, que comprova o tipo de sociedade preconizada pelo pensamento clássico liberal:

(...) todo o indivíduo necessariamente trabalha para tornar o rendimento anual da sociedade o maior que puder. De fato, em geral, ele nem pretende promover o interesse público, nem sabe o quanto o está promovendo. Preferindo apoiar à indústria doméstica, e não a estrangeira, ele procura apenas a sua segurança; (...) procura apenas seu próprio ganho. (...) Seguindo seu próprio interesse, ele frequentemente promove o da sociedade mais efetivamente do que quando realmente pretende promovê-lo. (SMITH, apud SILVEIRA, 2009, p.27)

Ainda que o foco no individualismo seja inquestionável, é fato que uma somatória de interesses individuais, levaria, para Adam Smith, a um bem para a sociedade, a um bem coletivo. A sociedade almejada pelos neoliberais, não possui essa preocupação com o bem comum, inclusive, como nos aponta Hayek (2010), o coletivismo é um entrave à liberdade individual, só interessam as preocupações individuais por si só. Ele critica todas as formas de coletivismo, afirmando que nelas o homem só tem valor se cooperar para os fins comuns, não por ser um indivíduo sujeito de direitos.

A filósofa, defensora árdua do individualismo neoliberal, Any Rand, corrobora o que nos diz Hayek, ao tecer uma forte crítica à concepção coletivista e altruísta de sociedade. “A contradição mais profunda da América foi a ética altruísta-coletivista. O altruísmo é incompatível com a liberdade, o capitalismo e os direitos individuais.” (RAND, 1991, p.122). Contudo, essa pequena diferença de concepções, está muito distante de indicar que liberalismo e neoliberalismo se negam, ou possuem acentuadas divergências, o neoliberalismo não rejeita o liberalismo clássico, muito pelo contrário, “visa realizar os mesmos ideais, não necessariamente com as mesmas ferramentas”. (SILVEIRA, 2009, p.44). O próprio Hayek, claramente já demonstrava ter ciência desta dimensão de um novo liberalismo.

Conquanto não possamos desejar nem efetuar a volta à realidade do século XIX, temos a oportunidade de realizar seus ideais – e esses ideais não eram desprezíveis. Não temos direito de nos considerarmos superiores a nossos avós neste ponto; (...) Se fracassamos na primeira tentativa de criar um mundo de homens livres, devemos tentar novamente. O princípio orientador – o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso – permanece tão verdadeiro hoje como o foi no século XIX”. (HAYEK, 2010, p.222)

Tanto para Anderson (1996), quanto para Bobbio (2010) os textos primários que

deram origem ao neoliberalismo aparecem na obra "O caminho da servidão", escrita em 1944 por Hayek. Nesta obra, que não se limitou à economia somente, um dos argumentos centrais residiam na idéia de que o Estado controlador, ainda que em alguns contextos, seja necessário, leva a sociedade no final das contas, ao totalitarismo. Outra idéia presente na obra, trata-se da valorização da particularização no ato de conhecer. Assim, de acordo com (ARCE, 2001, p.2) "para Hayek, o conhecimento seria um atributo individual". Derivando este conceito para a economia, Hayek (2010) importava-se em estudá-la particularizada, em analisar sucessos particulares de empreendedores isolados, "pois o individualismo provindo de seu conceito de como o conhecimento é adquirido pelo homem é a sua bandeira." (ARCE, 2001, p.3). Ainda em Hayek, para entendermos que individualismo é este que se assenta como base do neoliberalismo, é fundamental entender o papel do Estado nesse contexto. Este deveria atender da melhor forma possível, os anseios dos indivíduos, sem privá-los da liberdade, para isso, deve ser mínimo, reduzido, visando garantir que cada indivíduo tenha o máximo de liberdade para perseguir seus interesses. Segundo Anderson (1996) além do livre mercado, o indivíduo e seu direito à liberdade, são percebidos no neoliberalismo como produtos espontâneos da civilização. Arce (2001) complementa afirmando que tal concepção é defendida como a bandeira moral do neoliberalismo, cuja desigualdade nesta concepção, não é vista como problemática, e sim, como um fenômeno natural inevitável. Arce (2001), citando Frigotto (1985), nos dá um bom resumo do que estamos querendo dizer: "é a igualdade social, imposta pelo Estado totalitário, que leva à servidão, sendo saudável que em uma sociedade alicerçada no individualismo exacerbado tenhamos a desigualdade, que é um processo natural" (2001, p.15). Hayek (2010) procurava demonstrar que o individualismo neoliberal não pode ser rotulado de modo pejorativo, associado a um egoísmo. Para ele, o individualismo neoliberal é o respeito pelo indivíduo como ser humano, em outras palavras, "o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser" (HAYEK, 2010, p.40).

Ao naturalizar a desigualdade, e centrar esforços na liberdade como condição essencial para o protagonismo do indivíduo, Hayek (2010) acaba por também elogiar, e valorizar, a concorrência. Mesmo analisando-a sob um ponto de vista estritamente econômico, esta não está dissociada da sociedade, e, portanto, não deixa de ter também um componente social. Ele considera a concorrência um

método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. (HAYEK, 2010, p. 58).

Sendo assim, uma das principais justificativas da concorrência é que ela rejeita a necessidade de um "controle social consciente" (HAYEK, 2010, p.59) e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir "se as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham" (p.59). O bom uso da concorrência como princípio de organização social "exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica" (p.60). A concorrência, mola propulsora do capitalismo, encontra no individualismo neoliberal terreno fértil para se consolidar como ferramenta de ascensão individual, em detrimento de uma mentalidade coletiva que se preocupa, sobretudo, se todos possuirão as mesmas condições de concorrer dentro desta tão sonhada igualdade de oportunidades, preconizada pelo pensamento neoliberal.

O discurso neoliberal é sedutor, e traz uma sensação de que com a liberdade individual, aliada às mesmas oportunidades, e estimulados pela concorrência, cada indivíduo poderá galgar seu lugar ao sol, ficando a mercê apenas de seu mérito, ou submetido à falta

dele. É sua responsabilidade, portanto, seu "sucesso" ou "fracasso" social.

Ludwing von Mises, outro expoente do pensamento neoliberal, ao defender que é justamente no capitalismo que a população possui real protagonismo, nos afirma que "o fato é que, no sistema capitalista, os chefes, em última instância, são os consumidores. Não é o estado, é o povo que é soberano." (MISES, 2009, p.32). Aqui fica evidente, não só a preponderância do indivíduo perante o Estado, como também a associação da idéia de povo ao consumo. Dentro desses preceitos, a educação é eleita, na perspectiva neoliberal, "como chave mágica para a erradicação da pobreza" (ARCE, 2001, p.11) pois, investindo-se no indivíduo, dando-lhe a instrução, estimulando-a na pela concorrência, ele poderá ser capaz de buscar seu lugar de ascensão dentro da sociedade.

Na educação, de acordo com o ideário liberal, trata-se de igualar as oportunidades, reconhecendo as diferenças entre os indivíduos, ampliar o campo de oportunidades dos mais desfavorecidos, de modo a que pudessem competir menos desigualmente com os demais. Na sua base, a sociedade se organizaria, assim, sob um dado patamar de equidade. (DRAIBE, 1993 p.99)

Difícil de ser questionado, este aspecto do neoliberalismo se apresenta, nas palavras de (MOREIRA, 2003, p.18) "arrogantemente, como descrição científica do mundo real, como teoria pura, como corpo de doutrina coerente e consistente, como a única saída, como a única solução técnica possível." Mises (2010), ao defender o modelo neoliberal, defende também o modelo capitalista, evidentemente, seu guardião. Analisando suas palavras, torna-se inevitável não associarmos à "única saída" ditas logo acima, por Moreira (2003).

A era do capitalismo aboliu todos os vestígios da escravidão e da servidão. Pôs fim às punições cruéis e reduziu as penas pelos crimes cometidos a um mínimo indispensável para desencorajar os transgressores. Suprimiu a tortura e outros métodos censuráveis de tratar suspeitos e infratores. Anulou todos os privilégios e promulgou a igualdade de todos os homens perante a lei. Transformou as vítimas da tirania em cidadãos livres. (MISES, 2010, p.68)

Na economia de mercado, as pessoas têm oportunidade de lutar pela posição que desejam alcançar na estrutura da divisão social do trabalho. Têm a liberdade de escolher a profissão com a qual pretendem servir seus semelhantes. Sob o capitalismo, no entanto, todos tem a liberdade de desafiar os interesses velados dos demais. Se alguém acha que tem a habilidade de atender ao público melhor ou mais barato do que os outros, poderá tentar demonstrar sua eficiência. (MISES, 2009, p.83)

Os teóricos fundadores do neoliberalismo que pretendemos aqui revisitar, dão amplo destaque à economia como eixo central de análise, contudo, há um deles que dedicou um livro em especial à vinculação da concepção neoliberal de liberdade, (inserida é claro, no individualismo) com a educação. Este teórico é Murray Rothbard, e a obra referida é "Educação: livre e obrigatória", escrita em 1972. Nesta obra, o teórico se debruça sobre as origens da obrigatoriedade da educação formal, critica a influência do Estado no controle educacional, como um obstáculo às singularidades dos indivíduos, na medida em que para Rothbard (2013), o Estado padroniza e homogeneiza os indivíduos através da escola formal. A educação, no entanto, precisa se adaptar totalmente à singularidade daquele indivíduo, no que diz respeito tanto a seu tempo de aprendizagem, quanto às formas de avaliação.

Visto que cada pessoa é um indivíduo único, fica claro que o melhor tipo de instrução formal é aquele tipo que é adequado para sua própria individualidade. Cada criança

possui inteligência, aptidões e interesses diferentes. (...) É óbvio, portanto, que o melhor tipo de instrução é a instrução individual.

Um curso no qual um professor instrui um pupilo é claramente, de longe, o melhor tipo de curso. É claro que a escola formal, caracterizada por aulas nas quais um professor instrui muitas crianças, é um sistema imensamente inferior. (ROTHBARD, 2013, p. 16)

É interessante perceber, como Rothbard entende o termo igualdade sempre como padronização-uniformidade. Sendo assim, obstáculo incessante ao desenvolvimento individual dos alunos, sua preocupação com o individualismo do sujeito é a ponto de criticar até mesmo a escola formal, cujo professor leciona a uma sala composta por vários sujeitos. Em nenhum momento Rothbard acena para a importância da escola como fator de socialização, a convivência como um componente crucial para desenvolvimentos de valores ligados ao respeito pela diversidade. Pelo contrário, centra sua crítica na uniformidade e padronização que diz ser a marca das escolas formais obrigatórias. Não é surpreendente, portanto, nos depararmos com tal visão individual extrema, tendo em vista que como um importante teórico do neoliberalismo, é natural que transfira a exacerbação do indivíduo também para a lógica educacional. Em outra obra, Rothbard (2013b) expressa sua preocupação em relação à educação superior como um instrumento de transmissão dos valores neoliberais, para ele, o meio acadêmico é um importante veículo de transmissão deste pensamento, e por isso, é fundamental que haja uma teoria que dê sustentação aos valores defendidos pelo neoliberalismo.

A educação, por sua vez, tem dois aspectos vitais: chamar a atenção das pessoas para a existência deste sistema, e converter as pessoas ao sistema libertário. Se nosso movimento consistisse apenas de slogans (...) seria inconstante e efêmero. Os libertários, portanto, devem refletir profundamente, se envolver no meio acadêmico, publicar artigos, periódicos e livros teóricos e sistemáticos, e participar de conferências e seminários. A educação verdadeira não pode ter sequência sem a teoria e o ativismo, sem uma ideologia e pessoas que levem adiante esta ideologia. (ROTHBARD, 2013b, p.346)

Percebe-se claramente, que na perspectiva neoliberal a educação também está bem longe de ser neutra, pelo contrário, é entendida como estratégica para a construção de uma sociedade modelada pelos valores do neoliberalismo. Neste sentido, o foco como foi percebido, é o ensino superior, cuja formação de professores evidentemente se insere. Com isso nos remetemos novamente ao que Moreira (2003) e Gatti (2010) nos salientaram, entendendo a formação de professores como um campo de disputas, de conflitos conceituais que dizem respeito a concepções de sociedade e de educação. No entanto, concordando com Moreira (2003), vivemos em uma consolidação do modelo da sociedade de consumo, ‘‘que permite a poucos privilegiados o acesso aos mais sofisticados bens de consumo; assim como o lamentável desenvolvimento de valores pautados no lucro e no individualismo’’ (2003, p.5), de modo que é impossível nos isolarmos destes princípios que constantemente se mostram presentes na nossa vida cotidiana. Contudo, não significa que não possam ser questionados e superados, e neste sentido, a educação é componente crucial enquanto uma real possibilidade de (re)construção de outros valores para a sociedade. É dentro deste quadro que centraremos nossas análises, na importância da formação de professores, como sujeitos que irão lidar com este tortuoso desafio, além de tantos outros que fogem aqui a nosso objetivo discuti-los.

A formação de professores emersa no cenário individualista neoliberal: há saídas?

Buscamos debruçar a respeito do neoliberalismo, não só para discutir seu conceito, mas também revisitar seus teóricos fundantes, em constante diálogo com outros estudiosos a respeito do tema, tendo como pano de fundo o individualismo como essência do pensamento neoliberal. E, portanto, entendê-lo como um obstáculo bastante difícil de ser superado, no que tange a construção de um perfil de docente que se preocupe com a construção de uma sociedade mais coletivista, sem deixar de abarcar as diferenças culturais, e que tenha como valores o respeito à pluralidade, e a crítica sistemática às desigualdades, buscando superá-las, e jamais entendê-las como algo "natural". Nesse contexto neoliberal, tanto Moreira (2003), como Carneiro (2006) e Arce (2001) propõem que se insista para que se preserve a esperança, possível sobretudo pela ação de indivíduos e grupos que ainda acreditam em construir uma ordem social que não se pautem pela "busca do interesse egoísta ou pela paixão individual pelo lucro." (Moreira, ano, p). Assim, a saída também se encontra nos indivíduos, mas não voltados apenas a si mesmos, e sim, ao coletivo, e concebendo a educação como ferramenta em potencial para a superação de uma lógica excessivamente individual, mercadológica, constantemente associada ao consumo, como símbolo da felicidade humana, ainda que ilusório. A respeito dos estudantes, futuros profissionais da educação, que se inserem nestas licenciaturas, a pesquisa de Carneiro (2006) nos traz um cenário desapontador, alertando que estes chegam à faculdade despreocupados e desvinculados da reflexão de como a profissão que pretendem, poderá contribuir para mudar sua condição pessoal mas ao mesmo tempo mudar o quadro de uma sociedade profundamente desigual e excludente, da qual ele se insere.

O jovem em condição de cursar uma faculdade, nem sempre é levado a preocupar-se com a função social de sua profissão e dos conhecimentos por ele adquiridos durante o curso, apesar de na cerimônia de colação de grau, todos lerem emocionados um juramento que sempre se inicia pela promessa em dispor sua profissão em benefício da sociedade. (CARNEIRO, 2006, 4)

Como superar o individualismo exacerbado, base de sustentação da sociedade de consumo, no contexto dos cursos de formação de professores? Como inserir nos futuros profissionais da educação, uma lógica contrária à hegemonia dos valores neoliberais? Como conscientizar os futuros docentes da importância da educação como possibilidade de modificação da realidade? São desafios árduos, mas que, concordando com Moreira (2003) temos de enfrentá-los forma não neutra, posicionando-nos claramente em defesa de um outro tipo de sociedade, e também, um outro tipo de formação do professorado, consciente de seu dever político, ciente de que a hegemonia não se dá naturalmente, ela é fruto de uma luta árdua, ela é construída, e como tal, pode ser desconstruída, e permite resistências. Sendo assim, defendemos como saída possível ao contexto excessivamente individual, que permeia também o espaço do ensino superior, especificamente os cursos de formação de professores, uma pedagogia de caráter crítico, em constante oposição à perspectiva neoliberal que debruçamos no decorrer do presente trabalho. O termo "pedagogia crítica" é bastante amplo e diversificado, não há uma corrente única que defenda tal concepção, e sim uma multiplicidade de teóricos que se dizem crítico em relação não só à educação, mas à sociedade capitalista de uma maneira geral.

Referimo-nos às pedagogias críticas como um conglomerado de perspectivas que tomam emprestados princípios e orientações dos ideários de John Dewey, da Escola de Frankfurt da Teoria Crítica, de Antônio Gramsci, de Paulo Freire, das perspectivas feministas, dos modelos antirracistas e até da educação popular e os aplicam à análise das instituições educativas. (SALES, FISCHMAN, 2010, p.6)

A Pedagogia Crítica geralmente se vincula a propostas relacionadas a como deve ser a educação, em uma espécie de bússola que aponta para objetivos que poderiam ser alcançados, buscando sempre a transformação social. Segundo McLaren (1997), este tipo de pedagogia apresenta oposição à análise positivista pretensamente neutra e despolitizada da educação, usada por críticos liberais e conservadores. Diz ainda que os teóricos amparados por tal perspectiva têm produzido trabalhos variados, baseados tanto na relação entre educação, política e poder, como também análises acerca de representações de textos e construções da subjetividade de estudantes. A pedagogia crítica, para McLaren (1997) vem fornecendo uma teoria radical enquanto conquistas avanços na teoria social e desenvolve novas categorias de investigação e novas metodologias. No entanto, a pedagogia crítica como vismos, não constitui um conjunto homogêneo de idéias. É mais correto dizer que os teóricos críticos estão unidos em seus objetivos: “fortalecer aqueles sem poder e transformar desigualdades e injustiças sociais existentes. O movimento constitui-se em uma pequena minoria dentro da comunidade acadêmica mas representa uma presença crescente” (MCLAREN, 1997, p.192). Em relação ao objetivo de contribuir para a democratização das sociedades, Sales e Fischman (2010) nos dizem que um dos argumentos centrais dos praticantes da pedagogia crítica é que os resultados concretos da escolaridade não podem ser dissociados das interações linguísticas, culturais, sociais e pedagógicas específicas das pessoas que formam e são formadas pelas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais. Esta perspectiva nos leva a entender as práticas educacionais em contextos mais amplos, e é necessário que a formação de professores compreenda esta dimensão do todo, do processo educativo. Ao perceber todas essas dimensões, e articulá-las sob o objetivo de transformação social, a Pedagogia Crítica, segundo McLaren (1997) está inevitavelmente comprometida com quem sofre a opressão, com quem dificilmente possui voz, sendo assim, está inexoravelmente marcada pela crítica sistemática às desigualdades sociais, cuja preocupação deve ser de primeira ordem, para futuros profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P; SADER, E. (org.). **Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.9-23
- ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação & Sociedade**, Porto Alegre, ano XXII, n° 74, p. 1-19, 2001.
- CHIZZOTTI, A. Educação superior e o mercado de serviços educacionais. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 01 jan/abr. 2014.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- CARNEIRO, A. L. Teoria crítica do currículo: contribuições para uma breve reflexão sobre o papel do professor. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2006.
- DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo. **Revista USP**, São Paulo, v.8 n.17, p.86-101, 1993.
- FISCHMAN, G. E. SALES, S. R. Formação de professores e pedagogias críticas. É possível ir além das narrativas redentoras? **Revista Brasileira de Educação**. v.15, n.43, p.3-18, 2010.
- GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1-25, 2010.
- GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 9ed.

Petrópolis: Vozes, 2001.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

HAYEK, F. A. V. **O Caminho da Servidão**. Tradução: Anna Maria Capovilla et al. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOBBS, T. **Leviatã ou a matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina D'Angina. São Paulo: Ícone, 2000.

LOCKÉ, J. Segundo Tratado Sobre o Governo. In: **Coleção os Pensadores**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas. Uma introdução á pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. 2ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MISES, L. V. **A mentalidade anticapitalista**. Tradução: Carlos dos Santos Abreu. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, L. V. **As seis lições**. Tradução: Maria Luiza Borges – 7ed. –São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo**: questões atuais. 7ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

PIRES, C. F. O. **O signo da liberdade e a execução do Estado**: o pensamento neoliberal por meio do Fórum da Liberdade de Porto Alegre (1988-1993). 2011. 185p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RAND, A. **A virtude do egoísmo**. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1991

ROTHBARD, M. **Educação**: livre e obrigatória. Tradução: Filipe Rangel Celeti. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

SILVEIRA, R. C. **Neoliberalismo**: conceito e influências no Brasil – de Sarney a FHC. 2009. 175p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Recebido em: 12/09/2014

Aprovado para publicação em: 03/08/2015